

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: O PAPEL DO PLANEJAMENTO REGIONAL À PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E À CONSERVAÇÃO CULTURAL

Ronaldo Silva Júnior

Universidade Nove de Julho-SP | juniorsilva.ronaldo@uni9.edu.br

Andreza Portella Ribeiro

Universidade Nove de Julho-SP | andrezp@uni9.pro.br

Thamires Barroso Lima

Universidade Nove de Julho-SP | thamiresbloc@uni9.edu.br

Sessão Temática XI: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade.

Resumo: Os quilombolas refletem a riqueza histórica e cultural do Brasil. São símbolos de resistência das classes oprimidas e deram o início a um movimento revolucionário; um marco na luta pela liberdade e justiça social. Este estudo buscou identificar os mecanismos de apoio que o planejamento regional pode oferecer aos desafios à preservação das práticas culturais quilombolas, com ênfase na sustentabilidade ambiental. A metodologia se fundamentou em uma revisão sistemática, com levantamento de informações em bases indexadas de artigos científicos. Considerou-se como desafios enfrentados pelos quilombolas a ausência de reconhecimento formal e a marginalização nos processos de planejamento, voltados a interesses econômicos em detrimento dos direitos territoriais. A insegurança fundiária, a falta de articulação nas políticas públicas e os impactos das mudanças climáticas comprometem a preservação das práticas culturais e a sustentabilidade ambiental. Assim, o planejamento regional surge como uma ferramenta essencial para integrar políticas que promovam a sustentabilidade e a conservação cultural, propiciando o empoderamento dessas comunidades.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Desenvolvimento Regional; Valorização territorial; Preservação cultural; Reconhecimento de direitos.

QUILOMBOLA COMMUNITIES: THE ROLE OF REGIONAL PLANNING IN PROMOTING SUSTAINABILITY AND CULTURAL CONSERVATION

Abstract: *Quilombola communities reflect Brazil's rich historical and cultural heritage. They are symbols of resistance by oppressed classes and marked the beginning of a revolutionary movement—a milestone in the struggle for freedom and social justice. This study aimed to identify the support mechanisms that regional planning can provide to address the challenges of preserving quilombola cultural practices, with an emphasis on environmental sustainability. The methodology was based on a systematic review, gathering information from indexed scientific article databases. The challenges faced by quilombola communities include the lack of formal recognition and marginalization in planning processes that prioritize economic interests over territorial rights. Land tenure insecurity, insufficient coordination in public policies, and the impacts of climate change undermine the preservation of cultural practices and environmental sustainability. Therefore, regional planning emerges as an essential tool to integrate policies that promote sustainability and cultural conservation, fostering the empowerment of these communities.*

Keywords: *Traditional Communities; Regional Development; Territorial Appreciation; Cultural Preservation; Recognition of Rights.*

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: EL PAPEL DE LA PLANIFICACIÓN REGIONAL EN LA PROMOCIÓN DE LA SOSTENIBILIDAD Y LA CONSERVACIÓN CULTURAL

Resumen: *Las comunidades quilombolas reflejan la rica herencia histórica y cultural de Brasil. Son símbolos de resistencia de las clases oprimidas y marcaron el inicio de un movimiento revolucionario, un hito en la lucha por la libertad y la justicia social. Este estudio tuvo como objetivo identificar los mecanismos de apoyo que la planificación regional puede ofrecer para enfrentar los desafíos en la preservación de las prácticas culturales quilombolas, con énfasis en la sostenibilidad ambiental. La metodología se basó en una revisión sistemática, recopilando información de bases de datos indexadas de artículos científicos. Los desafíos que enfrentan las comunidades quilombolas incluyen la falta de reconocimiento formal y la marginación en los procesos de planificación, que suelen priorizar intereses económicos sobre los derechos territoriales. La inseguridad de la tenencia de la tierra, la falta de articulación en las políticas públicas y los impactos del cambio climático comprometen la preservación de las prácticas culturales y la sostenibilidad ambiental. Por lo tanto, la planificación regional surge como una herramienta esencial para integrar políticas que promuevan la sostenibilidad y la conservación cultural, fomentando el empoderamiento de estas comunidades.*

Palabras clave: *Comunidades tradicionales; Desarrollo regional; Valorización territorial; Preservación cultural; Reconocimiento de derechos.*

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas no Brasil são portadoras de uma história de resistência e identidade cultural singular, fruto da luta de povos africanos escravizados e seus descendentes. Esses grupos, que estabeleceram seus territórios em áreas rurais isoladas, preservam até hoje práticas culturais, modos de vida e uma relação íntima com a terra e os recursos naturais. Essa conexão sustenta sua sobrevivência e fortalece um modo de vida baseado na coletividade e no uso sustentável do meio ambiente.

O conceito de quilombo, frequentemente entendido como uma forma de resistência cultural e uma continuidade das tradições africanas no Brasil, era, inicialmente, visto com desconfiança e preconceito. Na época, essa resistência era percebida de forma negativa, chegando ao ponto de o jurista Oliveira Viana, segundo Arruti (2003, p. 7), classificar os quilombos como um dos três grandes inimigos da ordem pública, ao lado dos povos indígenas considerados "selvagens" e dos grandes proprietários rurais. Para ele, a existência dos quilombos representava uma ameaça à estabilidade social e, portanto, justificava a repressão.

No mesmo sentido, Nina Rodrigues (1977), conforme citado por Arruti, enxergava o quilombo como uma reminiscência da África, uma marca de "incivilização" atribuída aos povos que ele considerava "menos evoluídos". Essa visão depreciativa perpetuava a ideia de que as expressões culturais africanas e afro-brasileiras eram sinais de atraso e que, por isso, deveriam ser controladas.

Somente no final dos anos 1940, com o avanço das ciências sociais e o engajamento de intelectuais e militantes negros, essa percepção começou a mudar. O que antes era interpretado como uma ameaça passou a ser valorizado como uma forma legítima e positiva de resistência cultural e identidade afrodescendente. O discurso foi, então, ressignificado, e os quilombos começaram a ser reconhecidos como espaços de preservação cultural, luta por direitos e herança histórica africana no Brasil (Rodrigues, 1977).

Para Guimarães (1983), a identificação de um quilombo não está relacionada ao seu tamanho ou à quantidade de pessoas que o compõem, mas sim ao seu significado essencial: a rejeição ao sistema escravista. O autor adota a visão predominante no século XVIII — segundo a qual qualquer lugar onde houvesse negros fugidos poderia ser considerado um quilombo — e se alinha a uma perspectiva marxista, na qual o quilombo é visto como uma negação do poder estabelecido.

A compreensão de quilombo que Guimarães (1983) apresenta é, portanto, uma interpretação que mistura filosofia e política, entendendo o quilombo como um espaço de luta pela liberdade contra a opressão. Segundo essa definição, os quilombos tornam-se símbolos de resistência das classes oprimidas e representam, em certo sentido, o início de um movimento revolucionário, na linha do pensamento marxista-leninista. Assim, para ele, o quilombo

assume o papel de uma forma inicial de resistência organizada contra as estruturas opressivas.

No entanto, em meio às rápidas mudanças sociais, econômicas e ambientais que marcam o Brasil contemporâneo, essas comunidades enfrentam desafios crescentes para manter sua sustentabilidade e preservar suas tradições (Leite, 2008). A pressão por exploração de recursos, a expansão do agronegócio, o avanço de grandes projetos de infraestrutura e as limitações no acesso a políticas públicas adequadas são apenas alguns dos fatores que ameaçam a integridade territorial, cultural e ambiental dos quilombolas (Leite, 2008).

Diante deste cenário, emerge a necessidade de um olhar atento e crítico sobre os desafios de sustentabilidade enfrentados por essas comunidades. Esses desafios, consoante Cunha e Almeida (2020), não se restringem à dimensão ambiental, mas envolvem questões econômicas, sociais e culturais que impactam diretamente a vida quilombola. O planejamento regional, nesse contexto, conforme Americo e Dias (2019), apresenta-se como um possível aliado na promoção de soluções que conciliem o desenvolvimento sustentável com a preservação da cultura e da autonomia quilombola.

A essa perspectiva, alinha-se o entendimento de Milton Santos (2000), que destaca a importância de considerar as especificidades locais no planejamento territorial, reconhecendo que o desenvolvimento só é eficaz quando respeita a diversidade cultural e social das comunidades quilombolas, devendo haver integração entre planejamento regional e a valorização das práticas culturais, as quais podem contribuir para superar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, promovendo sua sustentabilidade e identidade coletiva.

A presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais são os principais desafios de sustentabilidade enfrentados pelas comunidades quilombolas e como o planejamento regional pode contribuir para a conservação de suas práticas culturais?

Para responder ao questionamento, o estudo busca identificar os mecanismos de apoio que o planejamento regional pode oferecer, aos desafios para a preservação das práticas culturais quilombolas, com ênfase na sustentabilidade ambiental, com intuito de contribuir para o debate sobre o desenvolvimento regional e a conservação cultural, partindo da premissa de que o reconhecimento e a valorização das especificidades quilombolas são fundamentais para garantir seu direito à terra e à manutenção de seu modo de vida.

O desenvolvimento da pesquisa deve estimular reflexões e soluções alinhadas aos anseios e realidades dos quilombolas, reconhecendo que a sustentabilidade, para essas comunidades, envolve muito mais que a preservação do meio ambiente: é uma luta contínua pela manutenção de sua identidade, autonomia e conexão com suas raízes. Com isso, o diálogo entre o planejamento regional e a realidade quilombola emerge como uma oportunidade de alinhar desenvolvimento e conservação, garantindo que esses grupos continuem desempenhando seu papel essencial na diversidade cultural e ecológica do Brasil.

MÉTODO

O trabalho é caracterizado como uma pesquisa exploratória, qualitativa e sistemática, com foco na análise da literatura sobre políticas públicas e legislações. As pesquisas exploratórias têm como finalidade oferecer uma visão geral e aproximativa de um determinado fenômeno. Geralmente, envolvem a revisão de literatura, análise de documentos, entrevistas não estruturadas e estudos de caso. Nesse tipo de pesquisa, é comum que não se utilizem técnicas quantitativas ou amostragem rígida (Gil, 2008).

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa se caracteriza por uma abordagem interpretativa, onde os pesquisadores buscam compreender os fenômenos em seus contextos naturais, considerando os significados que as pessoas atribuem a eles. Creswell (2007) destaca que o foco do pesquisador é entender "como" um determinado problema se manifesta nas práticas, nos procedimentos e nas interações do cotidiano. dia a dia. Neste caso, essa abordagem metodológica contribuirá para o conhecimento dos obstáculos vivenciados pelas comunidades quilombolas, bem como para a compreensão de como a sustentabilidade pode valorizar os significados culturais e as práticas locais. em sua relação com o território.

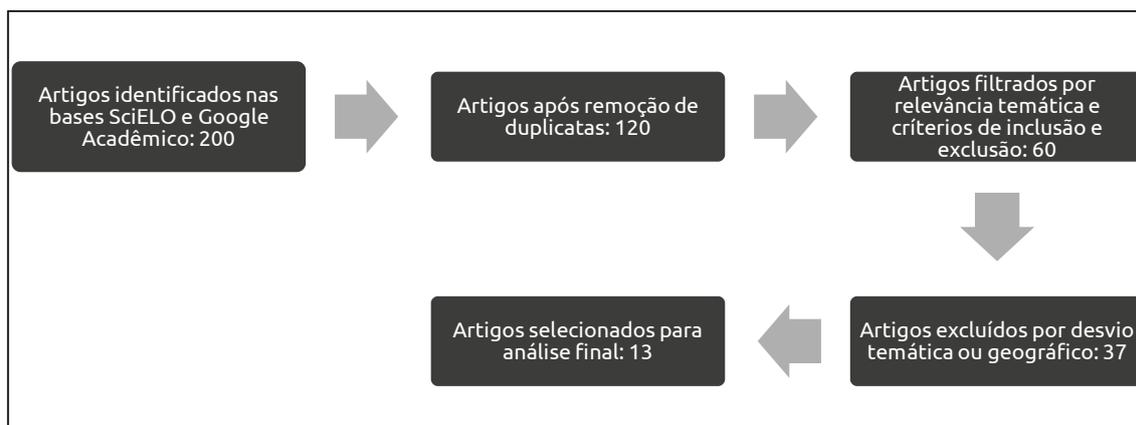
A revisão sistemática, que é uma metodologia projetada para identificar estudos sobre o tema de interesse e foi utilizada no levantamento bibliográfico (De-La-Torre-Ugarte-Guanilo; Takashi; Bertolozzi, 2011, p. 1261). Para Costa e Zoltowski (2014, p. 56), a revisão sistemática "é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de maneira organizada."

A busca por artigos foi realizada em bases de dados como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, utilizando os descritores "Sustentabilidade" AND "Quilombo" OR "Desenvolvimento Regional". A seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão e exclusão, priorizando aqueles que abordassem pesquisas em comunidades quilombolas no Brasil.

Os critérios de inclusão contemplaram apenas artigos na língua portuguesa, que discutissem diretamente temas de sustentabilidade, planejamento regional, conservação cultural e desenvolvimento regional em comunidades quilombolas. Por outro lado, foram excluídos estudos que não fossem realizados em comunidades quilombolas brasileiras, aqueles que tratassem de sustentabilidade ou desenvolvimento regional sem uma conexão direta com essas comunidades, artigos indisponíveis nas bases de dados mencionadas e pesquisas puramente teóricas, que não apresentassem aplicação prática ou relevância específica para o contexto quilombola.

Na Figura 1, apresenta-se o fluxograma com o protocolo seguido no levantamento bibliográfico. O conjunto de artigos que atenderam o critério de inclusão forneceram uma base sólida para o entendimento da interseção entre práticas tradicionais, políticas públicas e os desafios socioambientais enfrentados por essas comunidades.

Figura 1: Fluxograma com a descrição do protocolo adotado na busca de artigos com os descritores definidos ao contexto da pesquisa.



Fonte: os autores.

RESULTADOS

Esta seção apresentará os artigos selecionados na revisão sistemática, bem como a análise das informações consideradas relevantes sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento regional em comunidades quilombolas. A discussão foi realizada, considerando os artigos que tratavam de temas alinhados, trazendo à luz reflexões sobre as raízes históricas das comunidades quilombolas, suas ricas tradições e dificuldades relacionadas à preservação de seu patrimônio cultural e ao acesso a recursos sustentáveis.

SUSTENTABILIDADE E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

No Quadro 1, apresenta-se a síntese dos temas abordados nas obras selecionadas e categorizadas em Sustentabilidade e Políticas Públicas em Comunidades Quilombolas. A partir dos textos de Arruti (2006), Cunha e Almeida (2020), Diegues (2000), Leite (2000) e Little (2006), exploramos a categoria sob a importância do planejamento regional para a preservação de suas culturas e territórios, e a necessidade de novas abordagens para a conservação ambiental, respeitando os saberes ancestrais dessas populações.

Quadro 1: Sustentabilidade e políticas públicas em Comunidades Quilombolas

Autor	Ano	Categoria	Título	Objetivo
ARRUTI, J. M. A.	2006	Sustentabilidade e políticas públicas em Comunidades Quilombolas.	Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola	Estudar a formação das comunidades quilombolas a partir de uma perspectiva histórica e antropológica
CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B.	2020		A Sustentabilidade em Comunidades Quilombolas: Análise das Políticas Públicas	Avaliar o impacto das políticas públicas na sustentabilidade das comunidades quilombolas
DIEGUES, A. C.	2000		Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza	Propor novas abordagens para a conservação ambiental baseadas no conhecimento tradicional
LEITE, I. B.	2000		Quilombos no Brasil: identidade étnica e territorialidade	Discutir a identidade étnica e o papel do território para as comunidades quilombolas
LITTLE, P. E.	2006		Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico	Fornecer um guia metodológico sobre a ecologia política aplicada a estudos antropológicos

Fonte: os autores.

A sustentabilidade em comunidades tradicionais, como a dos quilombolas, vai além da simples preservação ambiental; trata-se de uma relação intrínseca entre cultura, identidade e natureza. Essas comunidades desenvolveram um conhecimento profundo sobre o meio ambiente ao longo de gerações, fundamentando suas práticas de subsistência em um respeito mútuo pelos recursos naturais. De acordo com Diegues (2000), a etnoconservação é um conceito que captura essa interconexão, onde a conservação da biodiversidade e a valorização da cultura local são vistas como partes de um mesmo esforço. Assim, a sustentabilidade se torna uma questão de identidade e resistência cultural.

DEFINIÇÃO DE SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

As práticas sustentáveis nas comunidades quilombolas são frequentemente baseadas em saberes ancestrais que promovem um uso equilibrado dos recursos naturais. Little (2006) ressalta que essas práticas não só ajudam a manter a biodiversidade, mas também sustentam modos de vida que se adaptaram às especificidades de seus ecossistemas. Isso inclui, por exemplo, técnicas tradicionais de cultivo, pesca e manejo de florestas, que são ajustadas às características locais e ao ciclo da natureza. Essa abordagem holística permite que as comunidades prosperem sem comprometer o ambiente em que habitam.

Além disso, a definição de sustentabilidade em contextos quilombolas envolve a promoção da justiça social. A luta por direitos territoriais é um aspecto central para garantir que essas

comunidades possam continuar suas práticas culturais e de subsistência. A luta pelo reconhecimento de suas terras é também uma luta pela sua própria identidade, uma vez que a terra é fundamental para a cultura e a espiritualidade quilombola, conforme Little (2006). Portanto, a sustentabilidade se manifesta como um conceito que abrange não apenas a conservação do meio ambiente, mas também a preservação dos modos de vida e a luta por dignidade e direitos.

Outro ponto a ser destacado, com base nos estudos de Cunha e Almeida (2020), é a relação que as comunidades quilombolas estabelecem com o conceito de desenvolvimento. Para muitos quilombolas, desenvolvimento não significa necessariamente uma modernização que traga impactos negativos ao meio ambiente. Pelo contrário, as comunidades visam um desenvolvimento que respeite seus saberes e sua cultura, promovendo um futuro sustentável que mantenha suas tradições vivas (Cunha; Almeida, 2020). Assim, a sustentabilidade é vista como uma forma de fortalecimento da identidade cultural e social, essencial para a sua sobrevivência como povo.

A compreensão de sustentabilidade em comunidades quilombolas é complexa, pois não se trata apenas de práticas ecológicas, mas de um modo de vida que integra conhecimentos ancestrais, luta por direitos, preservação cultural e respeito pela terra. Ao falarmos de sustentabilidade, precisamos reconhecer a importância de ouvir as vozes das comunidades. Nesse sentido, as iniciativas de preservação ambiental e cultural devem ser construídas em diálogo com os quilombolas, respeitando sua autonomia e incorporando seus conhecimentos e práticas, para que a sustentabilidade se torne um projeto coletivo, onde a participação ativa das comunidades permita garantir a continuidade de suas tradições e a proteção de seus territórios (Diegues, 2000).

DESAFIOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS ENFRENTADOS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas enfrentam uma série de desafios que comprometem sua sustentabilidade, tanto do ponto de vista ambiental quanto socioeconômico. O desmatamento e a degradação dos recursos naturais são questões preocupantes que impactam diretamente a qualidade de vida desses povos. Como evidenciado por Leite (2000), a pressão por exploração econômica das terras quilombolas, muitas vezes impulsionada por atividades agrícolas extensivas e extração de recursos, resulta em perda de biodiversidade e comprometimento de ecossistemas essenciais para sua subsistência.

Além da degradação ambiental, as comunidades quilombolas lidam com a marginalização social e a exclusão econômica. Arruti (2006) destaca que, apesar do reconhecimento histórico e cultural das comunidades, muitas vezes elas são deixadas à margem de políticas públicas que poderiam apoiar seu desenvolvimento. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, agrava as dificuldades enfrentadas e perpetua ciclos de pobreza. Essa situação

não apenas afeta a qualidade de vida, mas também desestimula a continuidade de práticas culturais tradicionais que dependem de um ambiente saudável e sustentável.

Outro desafio significativo é a luta pelo reconhecimento e pela titulação de suas terras. Muitas comunidades quilombolas ainda enfrentam insegurança fundiária, o que as torna vulneráveis a conflitos com interesses externos que buscam explorar seus territórios. Essa luta é um componente essencial para a construção de uma base sustentável, pois a posse da terra garante não apenas a segurança alimentar, mas também a continuidade de suas tradições culturais. A luta pela terra significa a luta pela sobrevivência e pela afirmação da identidade quilombola (Leite, 2000).

Soma-se às questões de insegurança sobre a posse de terras, os impactos negativos associados aos eventos climáticos, que afetam diretamente a agricultura e a pesca, pilares fundamentais para a subsistência. As comunidades, que muitas vezes dependem de práticas tradicionais de cultivo adaptadas ao clima local, enfrentam a dificuldade de adaptação a essas mudanças rápidas e imprevisíveis (Leite, 2000). A vulnerabilidade às mudanças climáticas é um fator que deve ser considerado nas discussões sobre sustentabilidade, uma vez que as comunidades quilombolas precisam de apoio para desenvolver estratégias de adaptação eficazes.

Apesar de tais dificuldades, as comunidades quilombolas têm demonstrado resiliência e capacidade de adaptação, buscando alternativas que promovam a sustentabilidade, como a agroecologia e o turismo sustentável, que valorizam a cultura local e respeitam o meio ambiente. Essas iniciativas ajudam na preservação do território e podem gerar renda e oportunidades para as comunidades (Diegues, 2000).

Por outro lado, diante de instrumentos normativos, como a Portaria FCP nº 75/2023, que garante o reconhecimento formal das comunidades quilombolas, e a IN Incra nº 130/2023, que normatiza a regularização fundiária, cabe ao Planejamento Urbano e Regional garantir que as comunidades quilombolas sejam integradas às políticas de uso do solo, infraestrutura e preservação ambiental. Destaca-se que sem a preocupação com a titularidade das terras, os esforços - da população quilombola - podem ser direcionadas à elaboração de estratégias de adaptação às mudanças climáticas, com enfoque ao desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, respeitando as suas singularidades culturais.

Nota-se que a Portaria FCP nº 75/2023 reafirma o compromisso que o Poder Público tem com a valorização da identidade quilombola, bem como os direitos dessas comunidades. Esta Portaria estabelece critérios para o reconhecimento oficial, assegurando às comunidades quilombolas o acesso a políticas públicas, como titularidade de terras, proteção de seus territórios e preservação de suas práticas culturais, podendo ser considerado um marco na consolidação da luta pela justiça social e pela igualdade, fortalecendo o protagonismo das comunidades quilombolas na sociedade brasileira, podendo oferecer às comunidades quilombolas a possibilidade de projetar um futuro mais justo e sustentável, com autonomia e dignidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE QUILOMBOLA

As políticas públicas voltadas para a sustentabilidade das comunidades quilombolas são fundamentais para garantir a proteção de seus direitos e a preservação de suas culturas. O Programa Brasil Quilombola, por exemplo, é uma iniciativa que visa fortalecer a luta pelos direitos territoriais, promovendo o reconhecimento e a titulação das terras quilombolas. Segundo Arruti (2006), essa política é um passo importante na afirmação da identidade quilombola, pois a titulação da terra assegura não apenas o uso dos recursos, mas também o fortalecimento das práticas culturais ligadas à terra.

Contudo, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos. Muitas vezes, as iniciativas são fragmentadas e carecem de um planejamento estratégico que considere as especificidades de cada comunidade. A falta de recursos e de articulação entre diferentes esferas do governo é um obstáculo que impede a efetividade das políticas. Cunha e Almeida (2020) ressaltam que, para que as políticas sejam realmente eficazes, é necessário um acompanhamento contínuo e a participação ativa das comunidades quilombolas em todas as etapas do processo.

Além disso, as iniciativas que promovem a sustentabilidade quilombola devem ir além da titulação de terras. É fundamental que haja um suporte a práticas de desenvolvimento econômico sustentável, que respeitem os saberes locais e promovam a autonomia econômica das comunidades. A promoção de atividades que valorizem a cultura e a história quilombola, como o artesanato e a gastronomia, também pode ser uma forma de gerar renda e garantir a sobrevivência cultural (Diegues, 2000).

É fundamental ainda que políticas públicas à educação deem a devida atenção às escolas em comunidades quilombolas. Nesse sentido, devem integrar em seus currículos, a história e a cultura local, promovendo a valorização e a identidade quilombola, bem como preparando os jovens para os desafios contemporâneos. Essa educação; portanto, deve ser entendida como um processo participativo, com o envolvimento da comunidade na construção do conhecimento e no fortalecimento de suas tradições. De acordo com Arruti (2006), a formação de lideranças locais é essencial para que as comunidades possam articular suas demandas e lutar por seus direitos de forma eficaz.

A colaboração entre diferentes atores sociais, como organizações não governamentais, universidades e movimentos sociais, seria outra estratégia com potencial para fortalecer as políticas voltadas à sustentabilidade quilombola (Cunha; Almeida, 2020). O trabalho em sinergia entre esses atores seria favorável à construção de redes de apoio e à promoção de diálogos, voltadas à implementação de iniciativas sustentáveis em parceria com as comunidades. Por outro lado, as iniciativas criadas por meio dessas redes devem considerar, previamente, que a troca de experiências e o conhecimento - dos quilombolas - são essenciais à elaboração das propostas, garantindo respeito às especificidades de cada comunidade.

Portanto, verifica-se que as políticas públicas precisam ser constantemente avaliadas e adaptadas para atender às necessidades reais das comunidades quilombolas. A sustentabilidade é um processo dinâmico que requer flexibilidade e atenção às mudanças nas realidades locais. A construção de uma política pública eficaz deve ser um esforço contínuo, envolvendo o compromisso e a participação ativa das comunidades, garantindo assim a preservação de seus direitos e a promoção de um futuro sustentável e justo.

Com isso, é importante a criação ou mesmo fortalecimento de instrumentos normativos para essa comunidade, como um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado para Comunidades Quilombolas, que incorpore a preservação cultural, a proteção ambiental e o fomento à inclusão social e econômica. Torna-se fundamento que esse plano esteja em consonância com princípios do planejamento urbano e regional, promovendo a ordenação do território com base nas especificidades locais, garantindo a manutenção das práticas culturais, o acesso a recursos essenciais e a mitigação de desigualdades, garantindo que as políticas públicas, como o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e Programa Brasil Quilombola (PBQ) dialoguem diretamente com os desafios enfrentados por essas comunidades, promovendo um futuro para suas comunidades.

RELAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO REGIONAL E PRESERVAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O planejamento regional é uma ferramenta essencial para a preservação das comunidades quilombolas, pois permite integrar suas necessidades específicas em processos decisórios que impactam seu território (Américo; Dias, 2019).

No Quadro 02, apresentam-se as obras que discutem a relação entre as comunidades quilombolas, seus saberes tradicionais e os desafios para a sustentabilidade, com foco nas questões de território, identidade e direitos. Cada autor oferece uma perspectiva sobre como as comunidades quilombolas têm lutado para preservar sua cultura e garantir a sustentabilidade de suas práticas e territórios.

Fundamentando-se nessas leituras, podemos entender melhor o contexto de resistência e as estratégias adotadas para enfrentar os conflitos territoriais e as pressões externas que afetam a autonomia quilombola. O objetivo deste quadro é proporcionar uma visão abrangente das principais discussões acadêmicas sobre o tema, destacando os esforços para fortalecer a preservação cultural e ambiental das comunidades quilombolas no Brasil.

Quadro 02. Identidade, território e direitos das Comunidades Quilombolas

Autor	Ano	Categoria	Título	Objetivo
AMÉRICO, M. C.; DIAS, L. M. F.	2019	Identidade, território e direitos das Comunidades Quilombolas.	Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva	Refletir sobre a importância dos saberes tradicionais quilombolas para a preservação cultural e sustentabilidade
ESTERCI, N.	2008		Territórios quilombolas: conflitos e desafios para a sustentabilidade	Investigar os conflitos de terra e os desafios para a sustentabilidade nas comunidades quilombolas
VIEIRA, A.	2021		Comunidades quilombolas: identidade e luta por direitos	Investigar a luta das comunidades quilombolas pela preservação de sua identidade e direitos

Fonte: os autores.

Americo e Dias (2019) destaca que um planejamento que considere as particularidades das comunidades quilombolas não apenas ajuda a proteger seus modos de vida, mas também a promover o desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer a riqueza cultural e ambiental dessas comunidades, as políticas de planejamento podem contribuir para a valorização de suas práticas tradicionais, assegurando que suas vozes sejam ouvidas no processo de tomada de decisão.

Um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é a falta de reconhecimento e a marginalização em processos de planejamento que frequentemente priorizam interesses econômicos em detrimento dos direitos territoriais. Esterci (2008) ressalta a necessidade de um diálogo constante entre as comunidades e os órgãos de planejamento, para que as especificidades culturais e ambientais sejam integradas às políticas públicas. Essa relação dialética é fundamental para garantir que o desenvolvimento respeite a biodiversidade local e promova a justiça social, criando um ambiente propício para que as práticas quilombolas se desenvolvam de maneira sustentável.

Além disso, Santos (2012) aponta que o planejamento regional deve ir além da mera preservação ambiental, englobando também aspectos sociais e econômicos que sustentam a vida nas comunidades quilombolas. As estratégias de desenvolvimento devem priorizar a autonomia econômica, promovendo iniciativas que valorizem os saberes locais, como a agroecologia e o turismo sustentável. Essa abordagem não só fortalece a economia local, mas também preserva as tradições culturais que são essenciais para a identidade quilombola. Portanto, o planejamento deve ser visto como um processo inclusivo, onde as comunidades desempenham um papel ativo e central.

Destaca-se que as políticas de planejamento precisam ser implementadas de maneira colaborativa e participativa, permitindo que as comunidades quilombolas se tornem

protagonistas em suas próprias narrativas de desenvolvimento. Esse modelo de gestão territorial, que considera a voz dos quilombolas, pode gerar resultados mais eficazes e sustentáveis (Vieira, 2021). Para que isso aconteça, é necessário um compromisso genuíno por parte das instituições governamentais, que devem estar dispostas a ouvir e incorporar as demandas e saberes das comunidades, reconhecendo-as como parceiras indispensáveis nesse processo.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS NO APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As organizações governamentais e não-governamentais representam o apoio fundamental às comunidades quilombolas, a partir de políticas que garantam seus direitos e a preservação de suas culturas. Vieira (2021) enfatiza que as ONGs têm atuado como ponte entre as comunidades e o governo, facilitando o acesso a recursos e informações essenciais para o desenvolvimento sustentável. Essas organizações não apenas defendem os interesses das comunidades, mas também ajudam a mobilizar esforços para a titulação de terras e o reconhecimento de direitos, fundamentais para a autonomia quilombola.

Vieira (2021) também destaca que essas organizações têm se tornado agentes de transformação social ao promoverem educação e conscientização sobre os direitos territoriais e ambientais, além de facilitar a inclusão das comunidades em projetos de gestão ambiental sustentável. Ao fortalecer a capacidade organizativa das comunidades, as ONGs não só colaboram para a implementação de políticas públicas mais eficazes, mas também fomentam o protagonismo das próprias comunidades na construção de soluções que atendam às suas demandas e preservem suas tradições culturais. Esse processo de empoderamento é essencial para garantir que as comunidades quilombolas possam, de fato, gerir seus próprios territórios de maneira autônoma, garantindo a sustentabilidade a longo prazo tanto das suas práticas culturais quanto do meio ambiente.

Esterci (2008) aponta que a colaboração entre organizações sociais e comunidades quilombolas é vital para a construção de projetos que atendam às necessidades locais. As ONGs frequentemente trazem *expertise* e acesso a redes de apoio que podem ser inestimáveis para as comunidades, especialmente em áreas como educação, saúde e preservação ambiental. Essa parceria permite que as comunidades se empoderem, desenvolvendo suas próprias soluções e adaptando práticas de acordo com suas realidades.

No entanto, a eficácia dessas organizações depende de um alinhamento claro com as necessidades e aspirações das comunidades. Esterci (2008) destaca que é essencial que as iniciativas promovidas por órgãos governamentais e ONGs sejam baseadas em um entendimento profundo das realidades quilombolas. Programas que não consideram as especificidades locais podem resultar em soluções inadequadas, gerando desconfiança e resistência por parte das comunidades. Portanto, o diálogo contínuo e respeitoso entre todos

os envolvidos é fundamental para garantir que as ações propostas realmente reflitam os anseios das comunidades.

As organizações governamentais e não-governamentais podem propiciar o fortalecimento das comunidades quilombolas; no entanto, o êxito dessa parceria dependerá da construção de relações de confiança e colaboração. A longo prazo, o apoio e o envolvimento das organizações podem contribuir significativamente para a preservação da cultura, dos direitos e da sustentabilidade das comunidades quilombolas, permitindo que seus saberes e modos de vida continuem a florescer em harmonia com o meio ambiente.

A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS QUILOMBOLAS

A conservação das práticas culturais nas comunidades quilombolas é um elemento central na construção da identidade e na valorização da diversidade cultural brasileira. Segundo Arruti (2006), as práticas culturais não são apenas expressões artísticas, mas também veículos de transmissão de saberes e tradições que ligam as gerações. Elas atuam como um fio condutor da memória coletiva, permitindo que as histórias e as experiências vividas pelos ancestrais sejam passadas adiante. Em um mundo onde as tradições muitas vezes são ameaçadas pela modernização, essa conservação se torna um ato de resistência e afirmação da identidade quilombola.

Quadro 3. Aspectos históricos e sociais relacionados às Comunidades Quilombolas e diversidade cultural

Autor	Ano	Categoria	Título	Objetivo
CAMPOS, M.	2018	Aspectos Históricos e Sociais Relacionados às Comunidades Quilombolas e Diversidade Cultural	Políticas públicas e o desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas	Analisar como as políticas públicas influenciam a sustentabilidade nas comunidades quilombolas
CARNEIRO, A. S.	2011		Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil	Explorar a interseção entre racismo e sexismo e suas consequências na sociedade.
LARA, S. H.	2007		Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa	Explorar aspectos da cultura, poder e escravidão na América Portuguesa
MENEZES, C. A. de.	2012		O direito fundamental à terra e os quilombolas: implicações jurídicas e sociais	Examinar os direitos à terra das comunidades quilombolas e implicações sociais e jurídicas
SANTOS, M.	2012		Por uma Outra Globalização: Do	Propor uma alternativa ao modelo de globalização

			Pensamento Único à Consciência Universal	dominante na valorização das diversidades culturais
--	--	--	---------------------------------------------	--------------------------------------------------------

Fonte: os autores.

No Quadro 3, incluem-se os autores e obras que exploram diferentes perspectivas sobre a sustentabilidade, os direitos territoriais e as políticas públicas relacionadas às comunidades quilombolas no Brasil. As referências abordam não apenas a sustentabilidade e o desenvolvimento, mas também questões como racismo, sexismo e a importância da preservação cultural. Esses trabalhos oferecem uma base para entender os desafios enfrentados por essas comunidades e as alternativas propostas para a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável.

Lara (2007) ressalta que a cultura quilombola é fundamental para a construção do senso de pertencimento e coesão social entre os membros da comunidade. As celebrações, danças, músicas e rituais não apenas trazem alegria, mas também fortalecem os laços comunitários, promovendo a solidariedade e a união em torno de um patrimônio comum. Essa dinâmica social é essencial para que as comunidades quilombolas se mantenham resilientes diante das adversidades (Vieira, 2021).

A conservação cultural é uma forma de promover a autonomia e o empoderamento das comunidades quilombolas. Ao valorizar suas práticas tradicionais, as comunidades afirmam seu direito à autodeterminação, desafiando narrativas hegemônicas que muitas vezes marginalizam suas identidades. Como destaca Carneiro (2011), as práticas culturais se tornam instrumentos de luta, permitindo que as comunidades reivindiquem reconhecimento e respeito em um contexto que frequentemente ignora suas contribuições. A preservação da cultura não é apenas uma questão de identidade, mas também de direitos humanos.

Nesse cenário, torna-se indispensável a elaboração e implementação de políticas públicas e iniciativas que apoiem a conservação das práticas culturais quilombolas. A valorização dessas tradições deve ser integrada em planos de desenvolvimento que respeitem as especificidades e promovam a inclusão das comunidades nos processos de tomada de decisão (Carneiro, 2011). Ao investir na conservação cultural, estamos contribuindo para a construção de um futuro mais justo e plural, onde a diversidade das práticas quilombolas pode florescer e enriquecer a sociedade como um todo.

IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO SOBRE AS TRADIÇÕES QUILOMBOLAS

A modernização e a globalização representam desafios complexos para as comunidades quilombolas, frequentemente ameaçando a continuidade de suas tradições culturais. Santos (2012) observa que, em um mundo interconectado, as influências externas podem resultar em um processo de homogeneização cultural, onde práticas locais são substituídas por modelos globais. Essa mudança não apenas enfraquece as identidades quilombolas, mas

também pode levar à desvalorização de saberes ancestrais que sustentam a vida comunitária e a relação com o meio ambiente.

A modernização também induz a pressão do consumismo, que pode desviar a atenção das comunidades de suas práticas tradicionais em direção a um estilo de vida mais materialista. Leite (2000) discute como a busca por novos padrões de consumo e estilo de vida, muitas vezes promovidos pela mídia e pela sociedade contemporânea, pode fazer com que os jovens se sintam desconectados de suas raízes culturais. Essa desconexão gera uma crise de identidade, onde os indivíduos se veem em conflito entre a herança cultural e as novas influências que permeiam suas vidas.

No entanto, a modernização também apresenta oportunidades para as comunidades quilombolas, especialmente quando se trata de promover e adaptar suas tradições. As tecnologias digitais, por exemplo, podem ser utilizadas para documentar e disseminar saberes, alcançando um público mais amplo e valorizando a cultura quilombola. Conforme Santos (2012), a apropriação dessas ferramentas pode ser enriquecedora para as comunidades, utilizando-as para fortalecer sua identidade e não o contrário: permitir que as influências externas definam quem elas são.

Para enfrentar os desafios impostos pela modernização e globalização, é indispensável que as comunidades quilombolas aprimorem e destaquem suas habilidades e conhecimentos, desenvolvendo estratégias que promovam um equilíbrio dinâmico entre tradição e inovação. Isso requer um diálogo contínuo entre as gerações, onde os mais velhos compartilham seus conhecimentos e os mais jovens podem trazer novas ideias e perspectivas (Diegues, 2000). Dessa forma, as comunidades podem não apenas preservar suas tradições, mas também adaptá-las às novas realidades, garantindo que a cultura quilombola continue a evoluir e a se fortalecer em um mundo em constante transformação.

INICIATIVAS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL E SEU IMPACTO NA SUSTENTABILIDADE COMUNITÁRIA

As iniciativas de preservação cultural nas comunidades quilombolas são fundamentais para garantir a continuidade de suas tradições e promover a sustentabilidade. Menezes (2012) destaca que projetos que valorizam as práticas culturais, como festivais, oficinas e cursos de saberes tradicionais reforçam a identidade quilombola e estimulam a economia local. Ao trazer visitantes e interessados, essas iniciativas podem gerar renda e oportunidades de emprego, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento que beneficia toda a comunidade.

Essas iniciativas causam impacto significativo na autoestima e no empoderamento dos quilombolas. Quando as comunidades se envolvem ativamente em projetos de preservação, elas reafirmam sua identidade e seu valor cultural. Leite (2000) observa que essa valorização fortalece o sentimento de pertencimento e propicia a criação de um ambiente em que os membros da comunidade se sentem motivados a compartilhar seus saberes e a ensinar as

gerações mais jovens. A transmissão de conhecimentos tradicionais se torna uma prática coletiva que une a comunidade em torno de seus valores (Santos, 2012).

Pode-se afirmar que as iniciativas de preservação cultural e a promoção da sustentabilidade ambiental são indissociáveis, pois uma depende da outra para alcançar resultados significativos. Ao resgatar práticas tradicionais de manejo e cultivo, as comunidades quilombolas podem contribuir para a conservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais. Projetos que integram conhecimento ancestral e técnicas modernas podem oferecer soluções inovadoras para os desafios ambientais enfrentados pelas comunidades, promovendo um desenvolvimento que respeita a natureza e os modos de vida tradicionais (Campos, 2018).

Embora representem uma rica herança histórica, as comunidades quilombolas dependem fortemente do apoio contínuo de órgãos governamentais e organizações não-governamentais para preservar sua cultura de forma efetiva (Menezes, 2012). Essa preservação só será viável por meio da construção de parcerias sólidas e da implementação de políticas públicas que permitam que estas prosperem, mantendo suas tradições vivas para as futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas enfrentam uma série de desafios relacionados à sustentabilidade, que abrangem desde questões territoriais até a preservação de suas práticas culturais e modos de vida. O principal obstáculo é o direito à terra, que é fundamental não apenas para garantir o espaço físico das comunidades, mas também para a preservação de sua identidade cultural e ambiental. Sem a posse segura de suas terras, as comunidades quilombolas ficam vulneráveis a pressões externas, como a grilagem e a expansão de atividades agrícolas ou minerais, que muitas vezes desconsideram as necessidades e tradições locais.

Além de refletirem a riqueza histórica do país, o conhecimento tradicional dessas comunidades converge naturalmente para as questões voltadas à promoção da sustentabilidade à conservação do meio ambiente. Os quilombolas têm uma relação íntima com a terra, e suas práticas agrícolas, de manejo dos recursos naturais e de preservação da biodiversidade são formas eficazes de promover o equilíbrio ambiental. Contudo, a falta de reconhecimento formal desses saberes e a escassez de políticas públicas que apoiem a sua preservação e disseminação coloca em risco essas práticas milenares.

Neste contexto, o planejamento regional destaca-se como um mecanismo fundamental para integrar soluções que atendam às demandas locais, conciliando preservação ambiental e valorização cultural nas comunidades quilombolas. Para isso, é fundamental esse planejamento seja construído com a participação ativa das próprias comunidades, evitando a adoção de abordagens verticais ou centralizadas.

O papel do planejamento regional, portanto, vai além da implementação de políticas de desenvolvimento econômico. Ele precisa garantir que o crescimento das comunidades quilombolas seja sustentável, respeitando suas formas de organização social, seus costumes e suas práticas culturais. O planejamento deve propiciar a criação de soluções que valorizem a cultura local, fortalecendo a autonomia dessas comunidades sem que isso implique na perda de sua identidade.

Uma das formas de viabilizar esse tipo de desenvolvimento é a promoção de alternativas econômicas sustentáveis que não causem a degradação ambiental ou prejuízos às tradições culturais. A economia solidária, a agricultura familiar e a valorização de produtos locais são exemplos de práticas que podem ser estimuladas a partir de um planejamento adequado. Tais iniciativas não apenas contribuem para a sustentabilidade econômica das comunidades, mas também reforçam o vínculo dessas populações com seu território e suas raízes culturais.

Destaca-se que, mesmo observando-se os princípios discutidos anteriormente, para que o planejamento regional seja realmente efetivo, é primordial o compromisso do poder público e da sociedade em geral com a causa quilombola.

A implementação de políticas públicas deve ser feita de forma a garantir a inclusão social, o respeito aos direitos territoriais e a valorização das culturas locais. As comunidades quilombolas precisam ser protagonistas nesse processo, com a incorporação de suas demandas nas decisões que afetam suas vidas.

Outro ponto essencial é o fortalecimento das capacidades locais. A educação, por exemplo, deve ser uma aliada na promoção da sustentabilidade, não apenas por meio do ensino de práticas tradicionais, mas também com a inclusão de conhecimentos modernos que possam agregar valor ao saber local. O diálogo entre o tradicional e o moderno pode ser uma chave para o futuro, pois permite que as comunidades quilombolas se adaptem aos novos tempos sem perder sua essência.

Verifica-se, portanto, que os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas exigem ações que integrem conhecimento local, planejamento regional participativo e compromissos efetivos de todos os setores da sociedade.

O respeito às suas particularidades culturais e a garantia de seus direitos territoriais não são apenas princípios éticos, mas caminhos para fortalecer a justiça social e a preservação ambiental. Mais do que sobreviver, essas comunidades devem prosperar, reafirmando sua importância histórica e contribuindo para um futuro sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Maria Clara; DIAS, Luana Maria Ferreira. Conhecimentos tradicionais quilombolas: reflexões críticas em defesa da vida coletiva. In: **Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Quilombos**, 2019. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em:

<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/453>. Acesso em: 10 out. 2024.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: EdUSP, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/DhhBSvWpNjKxFKfLkw6MMhM/>. Acesso em: 10 set. 2024.

CAMPOS, Mariana. **Políticas públicas e o desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/kskpPgWtcXBssgNB56pn3rC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2024.

CARNEIRO, Suely Aparecida. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

COSTA, Adriano Beiras; ZOLTOWSKI, Ana Paula Chagas. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e aplicação em estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 2, p. 44-66, 2014.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry & research design: choosing among five approaches**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. A Sustentabilidade em Comunidades Quilombolas: Análise das Políticas Públicas. In: **Populações Tradicionais e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, María Cecilia; TAKASHI, Erika Guedes; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001189139>. Acesso em: 01 out. 2024.

ESTERCI, Neide. Territórios quilombolas: conflitos e desafios para a sustentabilidade. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, n. 8, p. 45-63, 2008. Disponível em: <https://revista.cenpec.org.br/>. Acesso em: 14 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Clovis Moura. **Quilombo: resistência ao escravismo**. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 965-977 n.424, setembro/dezembro/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos no Brasil: identidade étnica e territorialidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LITTLE, Paul Edward. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/kskpPgWtcXBsgNB56pn3rC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

MENEZES, Cristiane Aparecida de. de. **O direito fundamental à terra e os quilombolas: implicações jurídicas e sociais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

NEXO JORNAL. **Direitos quilombolas**. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br//linha-do-tempo/2024/06/04/direitos-quilombolas>. Acesso em: 16 nov. 2024.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. São Paulo: Editora Record, 2012. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

VIEIRA, Ana. **Comunidades quilombolas: identidade e luta por direitos**. Fortaleza: Editora UFC, 2021. Disponível em: <https://totalbooks.com.br/wp-content/uploads/2022/02/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.